

Franco Montoro quer que os três candidatos de São Paulo ao Senado firmem um abaixo-assinado, pedindo a revogação da Lei Falcão. Fernando Henrique Cardoso vai mais longe e sugere a desobediência civil desse dispositivo. Mas o candidato da Arena, Cláudio Lembo, que é também o presidente do partido em

São Paulo, acha que o momento não é de precipitações, "que podem levar a um retrocesso, que não nos interessa no momento".

Em debate promovido pelo Estado, o candidato da Arena ao Senado, Cláudio Lembo, e os dois nomes escolhidos pelo MDB, Franco Montoro e Fernando Henrique Cardoso, expuseram

sua plataforma eleitoral, discutiram a Lei Falcão, analisaram a crise brasileira, opinaram sobre João Baptista Figueiredo e Paulo Maluf, disseram o que pensam da Frente Nacional de Redemocratização e definiram o que está certo e errado no modelo político brasileiro, concordando às vezes sobre princípios, mas

discordando sobre os métodos e os momentos de implantar esses princípios.

Montoro, por exemplo, quer lutar "pelo desenvolvimento brasileiro, com democracia, com justiça social e com independência". Fernando Henrique, por sua vez, adota como lema "democracia para mudar". E o que é mudar, para ele?

"Chegar a uma democracia que leve à autonomia, à proposição de cada grupo social. Inverter as ênfases do processo de desenvolvimento. Adotar salários altos e juros baixos". Finalmente, Cláudio Lembo propõe "uma ideologia definida para encaminhar a nossa vontade, o liberalismo moderno". E explica: "Não

pode haver uma ordem excessiva que nos leve a cercar nossa inteligência, nossa criatividade. Nem liberdade que leve ao tirano".

Participaram da entrevista, pelo Estado, Aluísio de Toledo Cesar, Eduardo Martins e Tadeu Afonso. Texto final de Ethevaldo Silveira.

No debate, a proposta: fim da Lei Falcão

Para cada um dos três candidatos, a mesma pergunta: Qual a sua mensagem, o seu programa ou a sua plataforma eleitoral?

Franco Montoro — A primeira bandeira, o primeiro objetivo da luta é a devolução ao povo do direito de participar do processo de desenvolvimento brasileiro, restituindo-lhe o direito do voto direto para o Senado e, por isso, talvez em lugar de um, estejam dois futuros senadores aqui. A Nação não aceita a farsa bionica. Há uma ilegitimidade que a Nação proclama. Se quisermos ouvir a Nação, temos de dizer que não aceitamos o pacote de abril, porque ele não tem legitimidade e é contra o povo. Esta é a primeira bandeira, sem nenhuma conotação, sem nenhuma condescendência, digamos.

A segunda, ligada a esta, é a luta por uma distribuição mais justa da renda nacional. A concentração do poder e do arbitrio gerou a concentração da renda. Então, a luta para que o nosso desenvolvimento se faça em benefício de todos e não de alguns, de pequenos grupos privilegiados. É a luta pela justiça social, traduzida em tarefa que está sendo levada em conta pela própria comunidade. Os trabalhadores estão reivindicando isso. É preciso apoiar a sua luta e a de outros setores da comunidade. Os empresários nacionais, as suas lideranças, a agricultura.

O terceiro objetivo dessa luta, a meu ver, é a defesa do caráter nacional do nosso desenvolvimento contra a desnacionalização, a nossa dependência, digamos, em relação a forças externas, que impõem ao País formas de desenvolvimento contrárias à nossa realidade. Nesse sentido, a bandeira da ecologia, do meio ambiente, coincide com a bandeira nacionalista. Ecologia é o estudo do ambiente. É preciso desenvolver o Brasil, a sua potencialidade, a sua realidade, o seu povo, a sua cultura, a sua natureza. Com frequência, estamos caminhando para um desenvolvimento que produz o lucro de alguns e que destrói o ambiente ecológico de todos.

Eu sintetizaria em três pala-

devem partir do que cada um é, do reconhecimento disso.

Então, mudar, para mim, significa uma democracia que leve à autonomia, à proposição de cada grupo social. Mudar significa também basicamente que temos de inverter, digamos, as ênfases dos processos de desenvolvimento. O país cresceu. É próspero. Pouco países do mundo se industrializaram como o nosso, tão rapidamente, tendo uma fronteira agrícola para ser conquistada. Quer dizer, há campo. Entretanto, como já foi dito pelo senador Montoro, esse campo está sendo acapado por muitos poucos. Este é um país em que temos de acabar com os super-ricos e com os miseráveis. Mudar para acabar com os super-ricos e com os miseráveis. Estou repetindo uma frase que me foi dita por Manuel de Mello, o pastor, que achei muito boa.

Então, assim como eu digo democracia para mudar, queremos também salários altos e juros baixos, que é o lema que significaria o passo adiante a ser dado agora. Salários altos e juros baixos. Porque as coisas estão ligadas, como estão ligadas também ao que disse o senador Montoro há pouco. Quer dizer, por que é que existem juros altos? Porque o modelo todo está pendurado para fora. Tem de mudar.

Isso tudo implica o quê? Implica uma renovação profunda. Acho que se dissemos no passado "sem medo nem ódio", hoje temos de dizer "com firmeza e com esperança". É a minha mensagem.

Cláudio Lembo — Eu acho que no Brasil nós temos sempre pecado porque há sempre problemas casuísticos em jogo. O grande problema do Brasil é que precisamos de uma ideologia definida para encaminhar a nossa vontade. Eu me propus nesses últimos três anos, no meio de momentos talvez cinzentos, de momentos difíceis, a defender o que eu chamo de liberalismo moderno.

Não creio que exista para uma nação jovem, para uma nação viva, para uma nação vibrante

logia que se casa com a Nação o liberalismo moderno.

E a Lei Falcão? Como é possível fazer uma campanha como a dos candidatos ao Senado, disputando o voto direto da população, sem poder usar o rádio, a televisão, concedendo entrevista à TV e em seguida tendo suas consequências, como aconteceu com o futuro governador de São Paulo, Paulo Salim Maluf?

Cláudio Lembo — É indiscutível que a Lei Falcão tem cercado a atividade política, tanto assim que, aqui no Estado de São Paulo, Fernando Cardoso e eu tivemos a oportunidade de, antes do início da campanha política propriamente dita, realizar um debate numa estação de TV, que foi a Bandeirantes, e isso foi extremamente útil a ele e a mim — mais a ele que a mim — e mais ainda à própria sociedade civil, que teve oportunidade de examinar teses apresentadas num debate feito em nível elevado e de respeito mútuo.

É indiscutível que sem debate político em alto nível, em que se possa dar um sentido até pedagógico de política, é extremamente difícil, áspere, a realização de uma campanha política, principalmente em eleições majoritárias, como é o caso do Senado.

Temos que percorrer cidades, vilas, ruas, porta a porta, o que é uma tarefa quase heróica, em busca do voto. Não creio que possamos manter a legislação em vigor, principalmente em relação aos debates. Acho que até com respeito aos horários gratuitos da simples exibição dos retratos dos políticos e seus pequenos currículos, isso tem um sentido democrático. É claro que nos partidos existem os caciques políticos, os quais cercam a liberdade, a possibilidade do pequeno candidato, do candidato menos expressivo de ir à televisão. De maneira que o sentido da exibição das fotografias dos candidatos é um sentido democrático de condição igualitária a todos.

Mas me parece que a respeito de campanhas majoritárias, o debate é inerente ao processo político e acho que isso deveria ser mantido em alto nível, respeitosamente, compreendendo-se o momento de transição que estamos vivendo, que estamos em busca de um aperfeiçoamento democrático, cada um à sua maneira, mas todos em busca da democracia ideal ou próxima do ideal.

Acho, portanto, que debates pela televisão, através dos horários gratuitos, entre aqueles que disputam eleições majoritárias, são necessários e que o cerceamento, efetivamente, é um desserviço em termos de aperfeiçoamento democrático. Tanto assim que me dispus, sempre que convocado, a debater, jamais fugir ao debate e, como aconteceu em outros Estados, em que se consulta a Justiça Eleitoral, para os debates, jamais consultei. Porque acho, por minha consciência democrática, que há necessidade dos debates para esclarecimentos.

Montoro — Você aceitaria um debate contra a Lei Falcão?

Lembo — Eu sempre estive colocado nessa posição. Montoro — Eu digo com um abaixo-assinado, como presidente do diretório da Arena no Estado de São Paulo. Porque assim nós faríamos um apelo para que seja revogada a Lei Falcão, em nome desses ideais. Digo no caso concreto.

Lembo — Eu acho que estamos sempre lutando pelos ideais democráticos e temos de lutar para o seu aperfeiçoamento. No caso concreto, sempre lutei pelos debates. Só que eu acho que há momentos de se lutar, de se colocarem ideais, e há momentos de se aperfeiçoar a democracia, com as estruturas políticas que temos. Há momentos de dizer "não" aquilo que achamos que não é preciso, como fiz em abril de 77, dizendo "não" ao bônus e dizendo-me candidato pela eleição direta. E há momentos de se lutar nas ruas por aquilo que desejamos. Nesse instante, me parece que a luta está em pleno desenvolvimento. E eu imagino ser melhor lutar através dos princípios democráticos que temos, legais.

Montoro — Então, o melhor é ter a Lei Falcão, no momento?

Lembo — Eu diria ao senhor que é melhor continuar a luta com os instrumentos que temos.

Montoro — Acho que, se podemos mudar o instrumento, com a sua força, como presidente do Diretório Regional da Arena — e acredito na sinceridade do que você diz — seria formidável que você transmitisse conosco o apelo.



Foto Claudine Petrolí

Os candidatos lamentaram que o debate não fosse pelo rádio ou pela TV

Fernando Henrique — No caso da Lei Falcão, lembre-se que discutimos e eu disse que era impossível fazer uma campanha política sem televisão. Você achava naquele momento que, na hora da campanha, haveria o aquecimento das opiniões e você está vendo agora, quando você está em campanha, que o melhor momento do debate é durante a campanha, porque o debate fora dela é frio.

Eu proponho — e tenho dito isso há muito tempo — que temos que fazer aqui o que o Mahatma Gandhi disse na Índia: há o momento da desobediência civil. Quando as leis são de tal maneira injustas, que se tornam ilegítimas, devem ser desobedecidas.

Lembo — São Tomás já dizia isso.

Fernando Henrique — São Tomás já disse quase tudo. Acredito que justamente em função de São Tomás, de Gandhi e de quase todos os grandes pensadores do mundo, há momento em que devemos ir para a desobediência civil. E este é o momento. Endosso a proposta do Montoro, para fazermos um apelo público contra a Lei Falcão, porque ela é uma lei iníqua. Sendo lei iníqua, a desobediência civil não é subversão. Subversão é manter a iniquidade.

Lembo — Ninguém falou aqui em subversão. Estamos falando em posições que podem sofrer uma evolução, que é o rompimento do processo.

Fernando Henrique — Então, para se ter uma evolução, temos de desobedecer. Que os jornalistas nos ajudem a desobedecer. Proponho que façamos o que os patrões e operários fizeram com a lei de greve: arquivaram. Arquivaram porque ela se tornou obsoleta. A Lei Falcão hoje é uma camisa de força que não permite o movimento da sociedade. Vamos caminhar. Democracia para mudar implica isso.

Lembo — A Lei Falcão deve aquilo que eu disse no debate, que foi uma posição que, por vias indiretas, se tornou positiva, com o retorno político ao contato direto com o povo. Isso foi indiscutível.



você se juntar a nós, nessa luta, o Brasil ganha.

Lembo — Acho que devemos lutar pelo aperfeiçoamento da democracia. Porém não acho também que deve haver precipitação neste momento histórico, porque uma precipitação de qualquer um de nós pode levar a um retrocesso, que não nos interessa.

Montoro — Precipitação se deu no pacote de abril. Aquilo é que é precipitação.

Lembo — Não digo o contrário. Tanto que em abril de 77 eu gostaria que o senhor tivesse dito a favor, ou contra, como eu fiz. Isso é que seria importante. Que os homens tomem posição nos momentos históricos difíceis.

Montoro — Já é a segunda vez que ele (Lembo) fala no que já teria sido feito em abril. Precisamente em abril de 77 — e não falando a amigos mas falando no Senado — como líder, respondendo ao pacote, eu disse: "Atos de arbitrio violam direitos humanos". No dia 15 de abril de 1977, na reabertura do Congresso Nacional, após o receso decretado pelo presidente da República, falando à Nação, eu disse: "Pelas razões expostas, o MDB, sem medo e sem provocações, mas com energia e serenidade, protesta, em nome da consciência nacional, contra o grave retrocesso político, representado pelas medidas tomadas pelo Executivo".

Fernando Henrique — As palavras têm que ter um certo peso. Se não, é retórica. E nós queremos decisão. Eu sou contra a Lei Falcão e me disponho a desobedecer. A Lei Falcão é a Lei Falcão e subscrevo o que disse o Montoro: um apelo público de todos nós, que queremos democracia, assumamos um compromisso real, por atos e não por palavras, de protesto. Faço um apelo a você. E quero saber: você topa ou não topa o desafio?

Lembo — A minha luta é pelo aperfeiçoamento democrático. Desrespeito à lei é a negação da democracia. Fernando Henrique — Que lei, o pacote de abril? Lembo — A lei que não tem legitimidade popular pode

"Não creio que exista nada mais de acordo com o quadro que temos que o liberalismo. Não o liberalismo clássico, mas o liberalismo moderno, que sabe que deve haver equilíbrio perfeito entre liberdade e ordem"

Cláudio Lembo

ter uma outra forma de legitimidade. E desde que ela se mantenha como lei — temos dois professores aqui — ela deve ser respeitada, se queremos atingir uma democracia efetiva.

Montoro — Mas pode ser modificada.

Lembo — Todo momento em que há desrespeito à lei, há um rompimento do processo democrático.

Fernando Henrique — Você se refere a 1964?

Lembo — O que devemos fazer é a luta pelo aperfeiçoamento da legislação em vigor e a luta, através do Congresso, para

que se obtenha a legitimidade popular.

Fernando Henrique — Na verdade, acho que não dá para tapar o sol com a peneira. Você diz que é neoliberal...

Lembo — Estou lutando por isso.

Fernando Henrique — Então, vamos lutar. Não precisa nem lutar pelo neo. É lutar só pelo liberal.

Lembo — Só podemos revogar a Lei Falcão através do Congresso.

Montoro — Esse caminho está feito. É uma emenda, que já foi preparada e vai ser apresentada pelo senador Itamar Franco, propondo na reforma constitucional do governo, na parte referente aos partidos, que incluamos, entre as atribuições fundamentais dos partidos políticos, o acesso gratuito à televisão e ao rádio. Acho que a Lei Falcão atingiu um direito do povo, que é o direito de ser informado. E é dos direitos afirmados na Declaração Universal. É o direito da população ser informada, e, na campanha eleitoral, participar do debate.

Final, o sr. Cláudio Lembo aceita a proposta que lhe foi feita?

Lembo — Tenho comparecido, sempre que convocado, aos jornais, rádio e televisão. Acho que há uma necessidade inerente do debate político, do jogo político. Daí creio que, dentro dos princípios do aperfeiçoamento democrático, temos que efetivamente lutar para que seja possível o debate político. Disse, ainda há pouco, em debate com Fernando Cardoso, que acho que, nos momentos pré-eleitorais, efetivamente se cria um clima emotivo, que, às vezes, a verdade, porque o homem torna-se mais um animal cênico e menos um animal político, nesses instantes. Daí, me parece que é possível que se pensasse que, 30 dias antes das eleições, os debates pudessem ser afastados, mas até esses momentos, muito próximos das eleições, acho que o debate é inerente ao processo democrático e não vejo como sustê-lo ou evitá-lo. Nossa luta é o liberalismo. É claro que existe a necessidade do debate e do acesso ao rádio e à televisão.

Na opinião dos senhores, candidatos a senador por São Paulo, há uma crise brasileira? Havendo, quais seriam os remédios para superá-la?

Fernando Henrique — Acho que há uma crise política. Dizem que nos ideogramas da China (eu não sei chinês), dizem que quando se representa crise, usam-se dois sinais: um diz caos e outro diz alternativa. Crise é isso. É uma situação de desordem e ao mesmo tempo brota uma alternativa. O Brasil está numa crise política, nesse sentido. De onde é que vem essa desordem? Essa desordem vem do fato de que este país, como já disse, se transformou. Observemos alguns dados simples: em 1960, nós tínhamos 3 milhões de trabalhadores; em 70, seis milhões; agora, temos 10 milhões de trabalhadores. A mesma coisa aconteceu na classe média, que mudou enormemente neste país. Mesmo no campo houve uma transformação grande, embora haja muita miséria e marginalização. Houve a formação de novas camadas sociais no Brasil.

Nesse processo todo, o que aconteceu? Aconteceu que a resposta política que as classes

dirigentes deram foi uma camisa-de-força para o País. Essa camisa-de-força tem sido esse regime autoritário.

Há muito tempo venho dizendo e escrevendo que essa incompatibilidade entre um país que se expande, que cresce, um país que é composto de jovens, que tem dinamismo, que vai para a frente, se contrapõe a uma organização política extremamente estreita, que era totalmente elitista, oligárquica. Aliás, nas oligarquias tradicionais, que sempre tivemos aqui, o que acontece? Um setor da oligarquia acaba por esperar e forma uma dissidência. Isso é típico do Brasil antigo. A nossa crise de hoje se apresenta como uma crise não muito diferente, na forma, da crise do Brasil republicano. Começa uma dissidência. A dissidência, em geral, propõe reforma. E o risco é que, depois, ao invés de fazer reformas, faz a conciliação. Nós estamos numa crise desse tipo. Com uma diferença. É que no Brasil republicano tudo isso se dava numa sociedade relativamente estável, estratificada, e agora a sociedade se movimentou muito.

Se a dissidência morrer na conciliação, vai dar mais adiante outra crise. É o tempo, portanto, de a gente propor mudanças profundas e por isso que estou nessa briga quieta, hoje. É por isso que saí num acompanhamento da política do MDB, ao qual venho ajudando há muito tempo. E saí para estar juntos no mesmo front, porque em acho que é o momento que vamos ter que reposicionar a política do Brasil. Não dá mais para pensar que se resolve uma crise desse tipo simplesmente no plano institucional.

O parlamento aberto é muito importante. A imprensa livre é muito importante. É básica. A imprensa tem importância enorme e vocês lutaram violentamente para conseguir alguma coisa. É muito importante tudo isso. Mas não basta. Numa situação desse tipo, a sociedade tem que se democratizar, ela também. O que quer dizer isso? Vocês tomam medidas como de acordo atômico, mas não sabemos o que ele significa. Não houve debate. É uma sociedade fechada. A decisão é tomada em gabinete fechado. É elitista. Isso, em todos os níveis. Pegue-se outro exemplo: o PIS e o Pasep. Por que não dar o controle, a fiscalização do PIS e do Pasep aos que os pagam? É necessário fazer isso. É democratizar os grandes fundos sociais. Por que não fazer a mesma coisa com a política de habitação?

Montoro — É a proposta do MDB. PIS e Pasep administrados pelos interessados. Não pelo governo.

Fernando Henrique — A crise que temos hoje não se resolve simplesmente fazendo três ou quatro partidos. É muito mais sério do que isso. Vamos reorganizar, mesmo, democraticamente, a sociedade. Não dá mais para brincar de democracia.

Democracia agora é para valer. Não dá mais para se pensar que democracia é fazer um arranjo na cúpula e dizer: "Eu sou pela liberdade. Eu sou liberal. Vou fazer tal ou qual coisa."

Não é disso que se precisa. Os grupos sociais começam a ter consciência dos seus interesses e quando isso ocorre há a premissa necessária para a democracia. Porque democracia não é só votar. É votar deliberando. Como? Tendo informação. O nível de informação dos vários públicos, de que se compõe a sociedade, precisa ser aumentado. Por isso é importante derrubar a Lei Falcão.

O nível de informação não deve ser aumentado apenas pela imprensa. Tem que mobilizar a informação por vários setores. Em qualquer sociedade moderna, capitalista ou socialista, qualquer, as grandes decisões são hoje tomadas ou nas grandes empresas ou no Estado.

Democratizar, então, im-

plica hoje saber qual é a decisão da empresa, que está, quando muito, grande, de alcance público. Então, se ela vai tomar uma decisão tecnológica ou outra, se vai produzir um produto ou outro, que tipo de produto, não é simplesmente uma questão privada. É uma questão pública. E deve ser do conhecimento do público.

Qual é o público? Os que trabalham nela e os que compram. O consumidor também. A mesma coisa diz respeito ao Estado. Nós não podemos mais pensar que "porque está no Estado" é público. Não. Só ganha validade pública a decisão que o Estado for tomar se esta for sujeita a um debate, a uma deliberação. Então ela passa a ser pública.

A democracia que nós queremos, a democracia para mudar, a democracia para valer é uma democracia que vá nessa direção. A crise que está aí é essa. Não é de superfície. Podemos amanhã ou depois votar outro presidente da República. Podemos ter eleições diretas. Devemos ter.

Após a eleição direta do presidente da República, do governador, do Senado. Após a emenda Montoro. Não há nenhuma dúvida. Porém, não vamos parar nisso.

Entendemos um processo mais profundo de transformação da sociedade. E isso vai precisar de mobilização popular. Partidos que não podem ser partidos porque nascem na cúpula. Partidos que expressem a sociedade-membro. Por que não arriscar e brincar de democracia, mas para valer? Por que não entender que, para fazer democracia, vamos ter de confiar nas várias células da sociedade? Como é possível ter democracia de verdade, quando os municípios devem aos Estados, os Estados devem à Federação — como é a



"Temos que fazer aqui o que Mahatma Gandhi disse na Índia: há o momento de desobediência civil. Quando as leis são de tal maneira injustas que se tornam ilegítimas, devem ser desobedecidas"

Fernando Henrique



"Nada sei sobre Figueiredo. Os parlamentares nada sabem sobre o general. Mas ele sabe tudo sobre nós, pelas funções que exerceu. E que não são aquelas funções que preparam um estadista"

Franco Montoro

vas: lutar pelo desenvolvimento brasileiro, com democracia, com justiça social e com independência. Isto é, com brasilidade.

Fernando Henrique Cardoso — Para começar, as teses gerais do MDB são nossas. Não há discordância em relação a elas. Queremos democracia. O momento é de indagar: "Democracia para quê?" Meu lema é democracia para mudar. Para não ser retórico, porque o estilo de "minha campanha está antirretórico", significa algumas coisas simples e diretas.

O que há de novo no Brasil de hoje? O que se quer mudar? Fala-se muito que estamos numa fase de transição, hoje. Transição do que, se sabe: do autoritarismo. Agora: "Para quê?" Essa é a questão.

Temos que dar um passo à frente. O MDB deve correr bastante, para chegar onde a sociedade está chegando. Quero dizer com isso que hoje existe um sentimento muito profundo de autonomia, de vontade de identificação. Exemplo: os trabalhadores em suas greves, nos seus movimentos sociais, o que é que eles dizem? "Eu sou trabalhador. Eu não sou estudante."

E as mulheres, que é que dizem? "Há uma questão feminina. Eu sou mulher." E assim vai. Cada grupo social quer se expressar, quer ter sua identidade. Então, mudar no sentido de acabar com o sentido da política em que todos os gatos são pardos. O PSD morreu. O que quero dizer com "o PSD morreu"? Quero dizer que hoje, para a gente dar um passo à frente, tem que ter muito quais são os interesses, quais são os ideais e mesmo quais são os conflitos. É possível fazer aliança? É, e se deve. Num país do tamanho do nosso, não muda nada se não houver acordos. Mas os acordos

til como o Brasil, nada mais de acordo com o quadro que temos, que o liberalismo de Madame de Staël, o liberalismo dos salões, mas o liberalismo moderno, que sabe, como ensina muito bem Popper, que deve haver o equilíbrio perfeito entre liberdade e ordem. Não pode haver uma ordem excessiva, que nos leve a cercar nossa inteligência, nossa criatividade. Nem liberdade que leve ao tirano.

Portanto, parece-me que houve no Brasil, e todos nós procuramos recriar, é evitar que a ordem cerceie a nossa vontade. Do que há necessidade no Brasil, hoje, ao que me parece, é que as idéias liberais, dentro de um contexto moderno, dentro de um país industrializado e urbanizado, sejam reativadas neste país.

Por outro lado, sabemos que a liberdade permite a participação. Os trabalhadores não querem mais os favores dos políticos. Eles querem reivindicar e para tanto é preciso que haja liberdade. Não querem os empregadores, por sua vez, o centralismo administrativo, que leva ao cerceamento da capacidade de empreender. Para que haja possibilidade de empreender, sem esse cerceamento, também é necessário que haja liberdade.

Os estudantes também querem participar e para que eles participem também é necessário que haja liberdade. A hierarquia da Igreja quer dar a sua palavra de fé, a sua palavra de esperança, a sua palavra de caridade e para que isto venha acontecer também é preciso que haja liberdade. Então, neste instante, parece-me que precisamos falar não em fatos isolados, em fatos estanques, mas acima de tudo ter uma ideologia. E eu me proponho a defender uma que, me parece, é a melhor ideologia

situação atual — e toda a Federação deve ao exterior? Não dá. Vamos ter de mudar outra vez? Ah, sim. Mudar outra vez a discriminação de renda entre as várias unidades. Tem de confiar na capacidade de decisão da base de nossa sociedade. Eu confio nisso. Para mim, democracia é isso. Eu sou radicalmente democrata, no sentido de que sou radicalmente favorável a que o povo tome o controle das decisões.

Lembo — Acredito que estamos atravessando um momento muito importante da história do Brasil. É inevitável que este País saia do mundo em vias de desenvolvimento e procurou transformar-se numa sociedade industrializada. Para isso, como aconteceu em todos os países que romperam o círculo do subdesenvolvimento, houve uma carga autoritária indesejável, mas compreensível, dentro do processo histórico.

Há um tempo em que a carga autoritária não se pode manter. Já é tempo de que haja participação de todos os setores da sociedade nesse processo histórico que estamos vivendo, neste instante. Parece-me que é extremamente importante aproveitar este momento que estamos vivendo porque a Nação toda, por suas lideranças, por seus órgãos de base, por seus trabalhadores, por seus empresários, pela imprensa, pelos intelectuais, pelos estudantes, realiza, neste instante, um processo de autocrítica extremamente importante e válido para o futuro do País.

Todos nós, todos os setores da sociedade, independente de qualquer deles, porque ninguém se exclui desse processo, realizamos hoje uma autocrítica. Todos nós tivemos falhas, tivemos erros nestes últimos anos, em que a carga autoritária se fez presente. Parece-me, portanto, que a campanha de 1978, que praticamente ambos os partidos estão iniciando no Estado de São Paulo — São Paulo que é o setor mais vivo da Nação, onde a

Conclui na pág. seguinte